A sucessão de Estados no Direito Internacional

Análise do caso El Salvador *versus* Honduras

(Interveniente: Nicarágua)

State Succession in International Law
*An Analysis of the case El Salvador **versus** Honduras*
(Nicaragua Intervening)

ANDRE RICCI DE AMORIM
Universidade Federal Fluminense, UFF

RESUMO A sucessão de Estados constitui uma verdadeira transformação em como os Estados se apresentam e cujos efeitos jurídicos podem ser projetados no seu reconhecimento internacional, nos compromissos assumidos, na responsabilidade internacional, entre outros. Portanto, o escopo da pesquisa é a análise desse fenômeno, perpassando pelas modalidades em que se pode apresentar e seus respectivos efeitos jurídicos no plano interno e externo. O objetivo geral é compreender quais são as consequências concretas, não apenas para o ente político, mas também para a sociedade envolvida. Os objetivos específicos são: destacar a modalidade de *sucessão relativa a uma parte do território*, na qual se utilizará o caso da disputa territorial envolvendo El Salvador e Honduras, cuja sentença determinando a transferência de algumas áreas do território foi proferida pela Corte Internacional de Justiça em 11 de setembro de 1992; e visualizar como a nacionalidade pode ser afetada nessa modalidade de sucessão de Estados. Assim, surge um grande problema: garantir o exercício da autodeterminação sem que isso implique prejuízo a terceiros, especialmente, o amesquinamento de direitos do indivíduo. Por fim, cumpre informar que para o desenvolvimento das

ideias exibidas, além da análise do caso concreto, o trabalho utiliza métodos bibliográficos, dos quais se pode incluir, especialmente, convenções internacionais, doutrina especializada e artigos jurídicos relacionados com a problemática.

Palavras-chave: SUCESSÃO DE ESTADOS. TRANSFERÊNCIA DE PARTE DO TERRITÓRIO. CORTE INTERNACIONAL DE JUSTIÇA.

ABSTRACT The succession of States constitutes a true transformation on how States present themselves and whose legal effects can be projected in their international recognition, in their commitments, in international responsibility, among others. Therefore, the scope of the research is the analysis of this phenomenon, going through the modalities in which it can be presented and its respective legal effects in the internal and external plane. The general objective is to understand what the concrete consequences are, not only for the political entity, but also for the society involved. The specific objectives are: to highlight the *succession in respect of part of the territory*, in which the focus is the case of the territorial dispute involving El Salvador and Honduras, whose sentence determining the transfer of some areas of the territory was pronounced by the International Court of Justice in September 11, 1992; and to visualize how the nationality can be affected in this modality of succession of States. Thus, a great problem arises: to guarantee the exercise of self-determination without prejudice to third parties, especially the misrepresentation of rights of the individual. Finally, it should be pointed out that for the development of the ideas presented, besides the analysis of the concrete case, uses bibliographic methods, which can include, especially, international conventions, specialized doctrine and legal articles related to the problematic.

Key-words: STATE SUCCESSION. SUCCESSION IN RESPECT OF PART OF A TERRITORY. INTERNATIONAL COURT OF JUSTICE.

INTRODUÇÃO

O fenômeno da sucessão de Estados é um tema de grande relevância e objeto de estudo no Direito Internacional e se faz presente na

história de diversos Estados. Só no século XX, por exemplo, houve o surgimento de novos Estados ocorridos principalmente pela eclosão das duas Grandes Guerras.

Nesse sentido, no âmbito das Nações Unidas viu-se a necessidade de regular a forma como tratar o fenômeno. Assim, existem dois instrumentos basilares que podem ser destacados: a Convenção de Viena de 1978 em matéria de tratados e a Convenção de Viena de 1983 em matéria de bens, arquivos e dívidas de Estado.

Portanto, este trabalho analisará primeiramente a questão do Estado e seus elementos constitutivos. Em segundo plano, será visto como a sucessão poderá se apresentar, bem como, seus efeitos jurídicos. Por fim, se analisará a temática da sucessão, em especial, na modalidade de *sucessão relativa a uma parte do território*. A fim de ilustrar a temática, se utilizará o caso da disputa territorial envolvendo El Salvador e Honduras, cuja sentença determinando a transferência de algumas áreas do território foi proferida pela Corte Internacional de Justiça (CIJ), em 11 de setembro de 1992.

1. BREVES NOÇÕES ACERCA DO ESTADO

Conforme delineado, a matéria proposta a ser abordada no presente trabalho é a sucessão de Estados no Direito Internacional. Nesse sentido, antes de adentrar nesse ponto em específico, entende-se por bem esclarecer algumas ideias acerca da formação dos Estados.

Inicialmente, os Estados surgiram como forma de estabelecer uma ordem política e social. Ademais, visou-se garantir a paz num período marcado por constantes conflitos feudais.

Hobbes, ao escrever sua obra *Leviatã*, defende a abdicação da liberdade e vontade pessoal em prol da garantia de segurança e ordem social. Nesse caso, o poder seria conferido a um homem ou uma confederação de homens, cujo dever era representar a coletividade e garantir a ordem local, surgindo assim a figura do Estado. Veja-se:

Feito isto, à multidão assim unida numa só pessoa se chama Estado, em latim *civitas*. É esta a geração daquele grande Leviatã, ou antes (para falar em termos mais reverentes) daquele Deus Mortal, ao qual devemos, abaixo do Deus Imortal, nossa paz e defesa. Pois graças a esta autoridade que lhe é dada por cada indivíduo no Estado, é-lhe conferido o uso de tamanho poder e força que o terror assim inspirado o torna capaz de conformar as vontades de todos eles, no sentido da paz em seu próprio país, e ela ajuda mútua contra os inimigos estrangeiros. É nele que consiste a essência do testado, a qual pode ser assim definida: Uma pessoa de cujos atos uma grande multidão, mediante pactos recíprocos uns com os outros, foi instituída por cada um como autora, de modo a ela poder usar a força e os recursos de todos, da maneira que considerar conveniente, para assegurar a paz e a defesa comum (HOBBS, 2006).

Ocorre que no período absolutista a figura do Estado era facilmente confundida com a figura do próprio monarca. Assim, viu-se com o passar dos anos que apesar da importância do Estado para a manutenção da ordem social, o ideal absolutista não correspondia mais aos anseios da coletividade.

No Direito Internacional, os Estados ganharam tamanha importância que para a doutrina positivista ortodoxa somente estes poderiam ser considerados sujeitos de direito internacional (LAUTERPACHT, *apud* SHAW, 2008, p. 197).¹

A grande dificuldade que perdura até os dias atuais, e gera calorosos embates entre sociólogos, cientistas políticos e juristas, está na própria dificuldade de definir um conceito unânime de Estado.

Ora, a fim de dinamizar o estudo, optou-se por seguir o entendimento de Brito, no sentido de que:

¹ Atualmente, tal entendimento não é aceito, visto que não apenas os Estados são reconhecidos como sujeitos de direito internacional. A doutrina também reconhece outros sujeitos de direito internacional as pessoas naturais e as Organizações Internacionais, por exemplo.

[...] Estado não pode ser visto exclusivamente como um fenômeno jurídico, mas sim como uma superestrutura jurídico-política onde o poder se organiza em aparelhos repressivos e ideológicos através dos quais é exercido com o objectivo de assegurar a coesão da unidade de uma dada formação social (BRITO, 2014, p. 348-349).

Portanto, antes mesmo de adentrar na análise do fenômeno da sucessão de Estados, importa tecer alguns comentários acerca da própria formação do Estado a partir dos seus elementos constitutivos.

1.1. Os Elementos Constitutivos

Ante toda a dificuldade em conceituar o que seria um Estado, a doutrina tradicional de Direito Público optou por caracterizá-lo a partir de suas características. Logo, entende-se majoritariamente que a concepção jurídica do Estado está pautada na teoria dos três elementos, a saber: o povo, o território e o poder político não subordinado a qualquer autoridade estrangeira (BRITO, 2014, p. 342).²

Essa visão é basicamente extraída a partir da leitura da Convenção de Montevideu sobre os Direitos e Deveres dos Estados, assinada em 26 de dezembro de 1933, em que se afirma no Artigo 1º. o seguinte:

[...] o Estado como pessoa de Direito Internacional deve reunir os seguintes requisitos: I. População permanente; II. Território determinado; III. Governo; e IV. Capacidade de entrar em relações com os demais países.

O primeiro desses elementos, ou seja, a população do Estado, seria o conjunto humano em caráter permanente no território, onde estão

² Embora alguns autores entendam que um dos elementos constitutivos do Estado seja o “povo”, outros preferem chamar de “população”, basicamente por duas razões: a primeira é que a Convenção de Montevideu sobre os Direitos e Deveres dos Estados é explícita ao citar a “população” como elemento constitutivo. A segunda razão está no sentido de que o povo seria o conjunto de indivíduos vinculados pela nacionalidade, ao passo que a população seria mais abrangente, ou seja, o conjunto de nacionais somado ao conjunto de estrangeiros residentes em determinado território.

incluídos os nacionais e os estrangeiros residentes (REZEK, 2011, p. 212). Nesse sentido, importante se faz destacar que:

[...] a dimensão pessoal do Estado soberano (seu elemento constitutivo, ao lado do território e do governo) não é a respectiva população, mas a comunidade nacional, ou seja, o conjunto de seus nacionais, incluindo aqueles, minoritários, que se tenham estabelecido no exterior. Sobre os estrangeiros residentes o Estado exerce inúmeras competências inerentes à sua jurisdição territorial. Sobre seus nacionais distantes o Estado exerce jurisdição pessoal, fundada no vínculo de nacionalidade, e independente do território onde se encontrem (REZEK, 2011, p. 212).

O segundo elemento constitutivo do Estado, o qual a doutrina não diverge, é o território. Este é entendido como o espaço físico onde o Estado exerce jurisdição, consistindo no “objecto da plenitude e da exclusividade de soberania” (MACHADO, 2013, p. 202).

Acerca desse elemento, Vitzthum (1997, *apud* MACHADO, 2013, p. 202) considera que o território é constituído por três elementos, a saber: a superfície terrestre *lato sensu*, o mar territorial e o espaço aéreo.

Vale dizer que mesmo que as fronteiras do Estado não estejam precisamente delimitadas e que exista a incidência de conflitos de disputa por determinada região, o Direito Internacional continua a reconhecer a personalidade jurídica do Estado. No entanto, para que haja esse reconhecimento efetivo, é fundamental que uma parte considerável do território em disputa seja indubitavelmente controlada pelo governo do Estado que pleiteia o reconhecimento. Sobre essa temática, tem-se o exemplo da Albânia que, mesmo em disputa nas regiões fronteiriças, teve seu *status* reconhecido pelas grandes potências no início do século XX (SHAW, 2008, p. 199).

O conceito de governo ou poder político também não é aceito por unanimidade entre os profissionais do direito, das ciências políticas, da sociologia, da antropologia e de outros ramos que se dedicam ao estudo

do tema, bastando ver, por exemplo, as teses desenvolvidas por Weber, Lowenstein e Bourdeau (BRITO, 2014, p. 362-363).

De todo modo, optou-se por seguir o entendimento de que o poder político no Direito Internacional é o conjunto de órgãos, instituições e autoridades de determinado Estado imbuídas com o atributo da soberania político-jurídica que lhe permite tomar decisões autônomas e cumprir obrigações internacionais (BRITO, 2014, p. 364). Nas palavras de Rezek:

Identificamos o Estado quando seu governo — ao contrário do que sucede com o de tais circunscrições — não se subordina a qualquer autoridade que lhe seja superior, não reconhece, em última análise, nenhum poder maior de que dependam a definição e o exercício de suas competências, e só se põe de acordo com seus homólogos na construção da ordem internacional, e na fidelidade aos parâmetros dessa ordem, a partir da premissa de que aí vai um esforço horizontal e igualitário de coordenação no interesse coletivo (REZEK, 2011, p. 259).

Necessário se faz ressaltar que a soberania não é um quarto elemento constitutivo do Estado, mas uma característica fundamental que permite ao governo de determinado Estado exercer suas atividades sem qualquer ingerência orgânica interna ou externa, bem como, permite que este estabeleça “relações com outros Estados em condições de igualdade e simetria de reconhecimento” (MACHADO, 2013, p. 230).

1.2. O Princípio da Continuidade dos Estados

De fato, não é negável que o Estado possa sofrer transformações em seus elementos constitutivos. No entanto, o Direito Internacional entende que, em regra, ainda que o Estado sofra mudanças, sua existência de fato e a manutenção de sua personalidade jurídica continuarão caracterizando-o como sujeito de Direito Internacional. Tal entendimento se deve ao fato de que a existência do Estado não se trata de uma mera elaboração jurídica, mas sim uma realidade física, onde necessa-

riamente se faz presente o contingente humano dentro de um território, regido por determinado poder político (REZEK, 2011, p. 335).

Essa ótica é ancorada por um princípio conhecido pela doutrina como *princípio da continuidade dos Estados*. Tal princípio objetiva assegurar a proteção de terceiros, sejam os nacionais ou estrangeiros residentes, ou outros sujeitos de Direito Internacional que possuem algum vínculo com esse Estado.

Assim, inspirado no referido princípio, tem-se assegurado a subsistência de Estados, inclusive em casos de “Golpe de Estado”, diminuição populacional e até mesmo ocupação de território por parte de forças inimigas durante o período de guerra. Sobre isso, Machado afirma:

O certo é que para o Direito Internacional a identidade e a continuidade dos Estados [...] constituem valores fundamentais. Assim sendo, compreende-se que se proceda à adoção de critérios materiais favoráveis à continuidade, em detrimento de critérios meramente formais. Na verdade, considera-se que as transformações constitucionais (v.g. revolução; golpe de Estado; nova Constituição) não interrompem a continuidade do Estado. O mesmo sucede com as alterações demográficas (v.g. crescimento; diminuição; base étnica). Por outro lado, o Estado subsiste mesmo quando ocupado parcial ou totalmente pelo inimigo durante uma guerra, em violação do direito internacional, o mesmo sucedendo quando adquire ou perde território (MACHADO, 2013, p. 255).³

Contudo, existem casos em que a continuidade do Estado é interrompida, sendo esse o tema a ser abordado a seguir.

³ Nesse sentido, apesar de não considerar que exista a interrupção da continuidade do Estado em casos de revolução, Machado (2013, p. 255) afirma que a doutrina considera a Revolução Russa de 1917 uma exceção, ou seja, entende-se que esta tenha sido causadora da interrupção da continuidade do Estado.

2. A SUCESSÃO DE ESTADOS NO DIREITO INTERNACIONAL

A melhor forma de entender o significado da sucessão de Estados é a partir da análise de duas convenções acerca do tema, a saber: i) Convenção de Viena sobre sucessão de Estados em matéria de tratados, de 23 de agosto de 1978; e ii) Convenção de Viena sobre sucessão de Estados em matéria de propriedade, arquivos e dívidas de Estado, de 8 de abril de 1983.

No Artigo 2º. de ambos os instrumentos, tem-se que a sucessão de Estados é a “substituição de um Estado por outro em responsabilidade para as relações internacionais de um território” (tradução livre).⁴

Importa frisar que esses documentos servem de base para a matéria, embora um deles ainda não esteja em vigor na ordem jurídica internacional, a saber: a Convenção de Viena de 1983. Desse modo, a questão dos bens patrimoniais, arquivos e dívidas de Estado ainda é solucionada pelo costume internacional (MACHADO, 2013, p. 256).

2.1. Tipologia

Ao abordar a questão da sucessão de Estados, a doutrina, fundamentando-se nas Convenções de 1978 e 1983, considera haver cinco formas de apresentação desse fenômeno (ALMEIDA, 2003, p. 246).

A primeira forma é a *sucessão relativa a uma parte do território* ou simplesmente *transferência territorial*, que ocorre, como o próprio nome sugere, quando se efetua a transferência de parte do território de um Estado para outro.

Assim, pode-se dizer que não existe qualquer surgimento ou desaparecimento de soberania, mas a mera transferência de soberania sob determinada parcela do território (REZEK, 2011, p. 337). Como exemplo, é possível citar a transferência de parte do território de El Salvador para a República de Honduras na década de 1990.

⁴ ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. Convenção de Viena de 1978. Disponível em: <http://legal.un.org/ilc/texts/instruments/english/conventions/3_2_1978.pdf>. Acesso em: 10 mai. 2018 às 15h18; e ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. Convenção de Viena de 1983. Disponível em: <http://legal.un.org/ilc/texts/instruments/english/conventions/3_3_1983.pdf>. Acesso em: 10 mai. 2018 às 15h19.

A segunda modalidade apresentada por Almeida (2003, p. 246) diz respeito aos *Estados sucessores de recente independência*, ou seja, “um Estado sucessor cujo território, imediatamente antes da data da sucessão de Estados, era um território dependente de cujas relações internacionais era responsável o Estado predecessor” (Art. 2º., item 1, alínea “f” da Convenção de Viena de 1978).

Malcolm Shaw (2008, p. 977) rememora que tal categoria foi ancorada no princípio da autodeterminação dos povos e introduzida na Convenção como forma de encaixar as ex-colônias do império Europeu no contexto da sucessão de Estados. Como exemplo, tem-se a independência de Angola e Moçambique na década de 1970, quando a soberania deixou de ser exercida por Portugal.

A terceira categoria é a *fusão ou agregação de Estados*, na qual seu surgimento se dá no momento em que dois ou mais Estados declaram união, formando um Estado sucessor (FINKELSTEIN, 2007, p. 35). Como exemplo desse tipo de sucessão, tem-se a incorporação dos países bálticos à URSS em 1940.

Já a quarta possibilidade é a *separação de Estados*, que se opera quando um Estado se separa ou é desmembrado para formar um ou mais Estados (MAZZUOLI, 2011, p. 478-479).

O interessante nessa modalidade é que a separação para criar um Estado sucessor não extingue o Estado predecessor, ao contrário, apesar da diminuição territorial, o Estado predecessor continua a existir com todos os seus direitos e obrigações internacionais intactos (SHAW, 2008, p. 974). Como exemplo, é possível citar a separação do Panamá da República da Colômbia, em 1903.

Por fim, mas não menos importante, tem-se a *dissolução de Estados*, que ocorre quando um Estado preexistente deixa de existir, formando vários novos Estados (MOREIRA e LECH, 2004, p. 63). Nesse caso, a doutrina cita como exemplo o desaparecimento da Tchecoslováquia em 1992.⁵

⁵ No último caso, parte da doutrina considera que a dissolução é uma vicissitude possível de um Estado, porém não englobada como uma das modalidades de sucessão.

2.2. Os Efeitos da Sucessão

Passado o momento de análise das várias hipóteses de sucessão de Estados, vê-se que a forma de solucionar a questão não é uma tarefa fácil e seus efeitos podem repercutir tanto internamente quanto externamente.

Desse modo, é interessante atentar-se para alguns efeitos que esse fenômeno gera, em especial no que se refere aos *bens e direitos dos particulares*, no *ordenamento jurídico*, nos *bens públicos*, nas *dívidas do Estado*, nos *tratados internacionais*, na *qualidade de membro de organizações internacionais*, na *responsabilidade internacional* e na *nacionalidade do indivíduo*, o último a ser analisado separadamente no tópico seguinte, com o caso da disputa territorial envolvendo El Salvador e Honduras.

a) Nos Bens e Direitos dos Particulares

A doutrina não é unânime quanto à questão dos bens e direitos dos particulares adquiridos antes da constituição do Estado sucessor, ou seja, como proceder quando o bem ou o direito foi adquirido ainda sob vigência das regras do Estado predecessor.

A primeira corrente defende que o Estado sucessor, em observância ao princípio da segurança jurídica, deve respeitar os direitos adquiridos pelos particulares para que permaneça a situação jurídica atual.

A segunda corrente entende que, ao garantir esses direitos, se estaria violando a soberania do Estado sobre a liberdade de conduzir sua política econômica, em especial na questão da nacionalização de propriedades estrangeiras. Desse modo, seria lícito ao Estado sucessor não honrar as garantias preexistentes, pois estas não foram assumidas por si (ALMEIDA, 2003, p. 249).

Nesse sentido, o Doutor Jónatas Machado (2013, p. 256) considera apenas quatro tipologias possíveis no tocante à sucessão, a saber: sucessão relativamente a parte do território, a sucessão de Estados de recente independência, a unificação de Estados e a separação. No entanto, entendimento diverso defende o Doutor Francisco Ferreira de Almeida (2003, p. 247) e o Doutor Malcolm Shaw (2008, p. 979), quando citam expressamente que a dissolução é uma das modalidades que a sucessão de Estados pode se apresentar.

De todo modo, a doutrina atual tem se mostrado mais flexível, no sentido de garantir certa estabilidade aos particulares, sem onerar excessivamente o Estado sucessor (ALMEIDA, 2003, p. 249).

b) No Ordenamento Jurídico

Como regra, tem-se entendido que os Estados sucessores serão regidos por ordenamento jurídico próprio, a ser desenvolvido conforme seu próprio entendimento, em respeito ao princípio da soberania territorial (ALMEIDA, 2003, p. 250).

No entanto, Mazzuoli (2011, p. 483) ressalta que nos casos de *transferência de parte do território*, o Estado passa a reger-se pela legislação do Estado que o incorporou.

Ainda sobre essa questão, Machado (2013, p. 256-257) leciona que a continuidade dos funcionários públicos no exercício de suas funções depende da vontade do Estado sucessor. Ademais, o autor informa ser comum haver um período transitório em que coexistam legislações diferentes e que, em regra, se transfere a competência dos tribunais para o Estado sucessor nos processos ainda pendentes.

Por fim, ressalta que, em respeito à imunidade de execução, o Estado sucessor não fica obrigado a executar as sentenças prolatadas pelo Estado predecessor (MACHADO, 2013, p. 256-257).

c) Nos Bens Públicos

Em regra, os Estados sucessores possuem o chamado domínio eminente, sendo assim, são considerados como titulares do direito de propriedade sobre os bens públicos em geral (REZEK, 2011, p. 338-339).⁶

Na hipótese de *Estados de recente independência*, se aceita, em regra, que os bens imóveis situados no Estado sucessor e os arquivos necessários para administrar o território sejam de sua propriedade, bem

6 Ao falar em bens públicos, Rezek (2011, p. 239) se refere aos seguintes bens: de uso comum do povo, como praças, ruas e estradas; de uso especial, ou seja, bens afetados a uma atividade pública, como prédios de hospitais e escolas públicas; e bens dominicais, ou seja, bens desafetados ao serviço público que servem de reserva para o Estado negociar e auferir receita.

como, os bens móveis do Estado predecessor utilizados para administrar o território outrora dominado (MACHADO, 2013, p. 258).

Por sua vez, caso seja uma *unificação de Estados*, adota-se o estabelecido no Artigo 16 da Convenção de Viena de 1983, que assegura a transferência dos bens de cada Estado predecessor para o Estado sucessor.⁷

Já na *transferência de parte do território*, o Artigo 14 da mesma Convenção prevê que os bens imóveis do Estado predecessor situados no referido território sejam transferidos para o Estado sucessor. O mesmo se dá em relação aos bens móveis do Estado predecessor ligados à sua atividade que estejam no território objeto de sucessão.

No que tange à *separação e dissolução de Estados*, Almeida (2003, p. 251) afirma que as regras são muito semelhantes às da transferência de parte do território. A grande diferença é que, nesse caso, os demais bens do Estado predecessor, ou seja, os bens estranhos à atividade do Estado, passarão para o Estado sucessor em proporção igualitária.

d) Nas Dívidas do Estado

De acordo com Mazzuoli (2001, p. 482), a regra geral é atribuir ao Estado sucessor as obrigações financeiras contraídas pelo Estado predecessor, pois a doutrina majoritária considera injusto simplesmente extinguir as dívidas estatais contraídas de forma legítima.

O autor assevera que, na hipótese de admissão da extinção sumária das dívidas do Estado, se violaria o direito dos credores, além de colocar em risco a confiança e boa-fé do Estado sucessor no plano internacional (MAZZUOLI, 2001, p. 482).

A solução para essa temática também pode ser encontrada diretamente na Convenção de Viena de 1983. Assim, o Artigo 39 declara que, na hipótese de *unificação de Estados*, as dívidas do Estado antecessor serão transmitidas integralmente ao Estado sucessor.

⁷ Ressalta-se que o referido instrumento internacional utilizado na resolução da controvérsia acerca dos bens do Estado não se encontra em vigor. Contudo, a doutrina o utiliza como base para definir conceitos e tratar questões da sucessão de Estados, ainda que seus preceitos não tenham qualquer condão impositivo.

Por sua vez, nos casos de *Estados de recente independência*, o Artigo 38 afirma que, salvo acordo em contrário, esse Estado não legará as dívidas do Estado predecessor.⁸

Por fim, a doutrina também considera ser possível aplicar nos demais casos de sucessão de Estados a noção extraída da referida Convenção que, embora não esteja em vigor, informa que a transmissão da dívida será em proporção equitativa, levando em consideração, em particular, os bens, direitos e interesses que se transmitem ao Estado sucessor em relação às dívidas do Estado.

e) Nos Tratados Internacionais

Ao analisar a Convenção de Viena de 1978, nota-se que a solução da problemática é variável, conforme a modalidade de sucessão.

Quando se tratar de uma *sucessão relativa a parte do território*, ou se for o caso, de um *Estado de recente independência*, os Artigos 15 e 16 da Convenção de 1978 mostram que, em regra, o Estado sucessor não está obrigado a aceitar e, por conseguinte, cumprir com as obrigações surgidas a partir de tratados celebrados no território do Estado predecessor.⁹

⁸ Para melhor compreensão da referida questão, em especial do acordo entre os Estados que se refere, destaca-se o Artigo 38 da Convenção de Viena de 1983: *1. When the successor State is a newly independent State, no State debt of the predecessor State shall pass to the newly independent State, unless an agreement between them provides otherwise in view of the link between the State debt of the predecessor State connected with its activity in the territory to which the succession of States relates and the property, rights and interests which pass to the newly independent State; 2. The agreement referred to in paragraph 1 shall not infringe the principle of the permanent sovereignty of every people over its wealth and natural resources, nor shall its implementation endanger the fundamental economic equilibria of the newly independent State* (ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS, 1983).

⁹ Esse entendimento é reflexo da chamada Teoria da Tábula Rasa. A regra é aplicada quando se fala em contratos bilaterais, porém, quando se fala em tratados multilaterais, é possível que o Estado sucessor se torne parte mediante o envio de uma notificação de sucessão. Exemplo clássico foi o ocorrido com Santa Lúcia, em 1986, que anos após sua independência notificou o depósito das Convenções de Viena sobre Relações Diplomáticas de 1961 e sobre Relações Consulares 1963 e, ao aceitarem seu ingresso como Estado signatário, fez retroagir os efeitos à data de sua independência do Reino Unido em 1979 (REZEK, 2011, p. 340).

Já na hipótese de *dissolução de Estados*, os contratos bilaterais serão automaticamente extintos, pois a “extinção de uma das partes contraentes coenvolve a extinção do próprio tratado” (ALMEIDA, 2003, p. 254).

Por fim, nas modalidades *unificação* e *separação de Estados*, a Convenção de Viena de 1978 traz, a partir do Capítulo IV, o critério de continuidade dos tratados, salvo se o próprio tratado determinar o contrário ou se o Estado sucessor notificar que o tratado só seria aplicável no antigo território ou caso as partes assim decidam.

f) Na Qualidade de Membros de Organizações Internacionais

Em regra, mesmo que o Estado predecessor seja membro de determinada organização internacional, o Estado sucessor não será admitido automaticamente, ficando necessário que este realize uma solicitação de ingresso e seja formalmente admitido em conformidade com o respectivo tratado constitutivo da organização (ALMEIDA, 2003, p. 256).¹⁰

No entanto, alguns casos de sucessão ocorridos ao longo do século passado demonstram claramente haver exceções acerca da temática. Por exemplo, Shaw (2008, p. 985) cita o caso do Império das Índias Britânicas dividido nos territórios da Índia e do Paquistão, onde o último precisou fazer um requerimento formal de ingresso nas Nações Unidas, ao passo que aquele primeiro Estado foi admitido automaticamente em virtude dessa organização considerar a Índia como único sucessor do antigo império.

g) Na Responsabilidade Internacional

Durante muito tempo essa questão foi tratada pela doutrina sem muitas divergências, tendo encontrado, inclusive, respaldo na jurisprudência internacional. Assim, verificava-se a adoção da regra de não admissão da transmissão da responsabilidade ao Estado sucessor pelos

¹⁰ Por sua vez, Machado (2013, p. 259) traz uma visão interessante ao afirmar que: “[...] neste domínio, a prevalência cabe às normas da OI de que se trate. Quando as mesmas não prevejam expressamente a situação, o que acontece frequentemente, procura-se a solução considerada mais razoável do ponto de vista do princípio da continuidade dos Estados”.

atos lícitos ou ilícitos praticados pelo Estado predecessor (ALMEIDA, 2003, p. 257).

Atualmente, a questão tem ensejado discussões que demonstram não haver mais a unanimidade de outrora, principalmente quando há conflitos envolvendo a sucessão. Dumberry (2006, p. 617) defende ser aplicável o princípio estabelecido no Artigo 10, item 2 do Projeto de Responsabilidade Internacional dos Estados por Atos Ilícitos em casos de *separação de Estados* (Projeto), no qual somente o Estado sucessor seria responsável pelos atos ilícitos cometidos pelas forças separatistas que atingissem um terceiro Estado.¹¹

O autor também entende ser possível aplicar a responsabilidade ao Estado sucessor em caso de *unificação e dissolução de Estado* (DUMBERRY, 2006, p. 617).

Por sua vez, a questão da aplicação da responsabilidade internacional na *sucessão de Estados de recente independência* e na *sucessão relativa a uma parte do território* é ainda mais controversa.

Nesse sentido, com base no Projeto, Dumberry (2006, p. 619) entende que no caso de *Estados de recente independência*, o Estado predecessor não deveria ser responsabilizado internacionalmente pelos atos ilícitos perpetrados pelas forças rebeldes na busca por estabelecer um Estado sucessor. Isso porque a legitimidade de lutar por independência não pode resultar em impunidade internacional por atos ilícitos praticados durante esse processo.

Já em relação à *sucessão relativa de parte do território*, principalmente quando essa transferência não se constitui de forma pacífica, Dumberry (2006, p. 619) considera ser injusto que o Estado predecessor seja responsabilizado internacionalmente pelos atos ilícitos praticados pelas forças que lutaram pela transferência do território.

¹¹ Tal Projeto foi adotado pela Comissão de Direito Internacional durante a 53ª sessão, em 2001, e posteriormente foi submetido à apreciação da Assembleia Geral como parte do relatório desenvolvido pela Comissão acerca do tema. O Artigo 10(2) afirma: *The conduct of a movement, insurrectional or other, which succeeds in establishing a new State in part of the territory of a pre-existing State or in a territory under its administration shall be considered an act of the new State under international law* (ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS, 2001).

Ademais, o autor informa não ser concebível a não responsabilização por atos ilícitos cometidos antes da data da efetiva sucessão simplesmente por não haver a formação de um “novo Estado”, mas sim a transferência de um território para um Estado já existente (DUMBERRY, 2006, p. 619- 620).

Isso porque, injusto seria não responsabilizar o Estado que teve seu território acrescido, pois os terceiros Estados que sofreram com os atos ilícitos derivados desse processo buscam uma espécie de reparação e não o reconhecimento se houve ou não a formação de um novo Estado (DUMBERRY, 2006, p. 619- 620).

3. O CASO EL SALVADOR E HONDURAS

El Salvador e Honduras já tinham um histórico de disputas fronteiriças desde o período colonial, porém o estopim se deu no dia 14 de julho de 1969, quando forças militares nacionais de ambos os países entraram em conflito. Felizmente, a Organização dos Estados Americanos interveio a tempo e negociou um cessar-fogo em 18 de julho do mesmo ano.

No entanto, o acordo de paz entre esses Estados só foi assinado em 30 de outubro de 1980, na cidade de Lima, Peru, onde foi definido que, caso não fosse resolvida a questão das fronteiras terrestres, insulares e de espaços marítimos dentro de cinco anos, as partes concordavam em submeter a controvérsia à Corte Internacional de Justiça dentro dos seis meses subsequentes.¹²

Como não houve acordo acerca da limitação fronteira terrestre, insular e marítima, El Salvador e Honduras (além de Nicarágua) acionaram a Corte Internacional de Justiça em 11 de dezembro de 1986, para que esta se manifestasse e trouxesse a solução para a disputa que se perpetuava.

¹² ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. *Tratado General de Paz entre las Repúblicas de El Salvador y de Honduras*. Disponível em: <<https://treaties.un.org/doc/Publication/UNTS/Volume%201310/volume-1310-I-21856-Other.pdf>>. Acesso em: 7 nov. 2016 às 18h01.

Com relação à disputa insular, El Salvador requereu que fosse declarada sua soberania sobre o conjunto de ilhas do Golfo de Fonseca, com exceção da ilha de *Zacate Grande*, considerada parte da costa de Honduras.

Já Honduras requereu que apenas as ilhas de *Meanguera* e de *Meanguerita* fossem consideradas em litígio, excluindo outras ilhas da região. Por considerar que o litígio envolvia apenas essas duas ilhas, requereu, ainda, que a Corte declarasse a soberania de Honduras sobre elas. Portanto, nessa questão a Corte entendeu em *prima facie* não haver interesse por parte da Nicarágua como interveniente na demanda.

Em relação à disputa envolvendo as águas marítimas do Golfo de Fonseca, El Salvador suscitou a sentença da Corte de Justiça Centro-Americana de 1917, que se referia à região do Golfo de Fonseca como uma área fora da zona de jurisdição exclusiva, ou seja, era um regime de co-soberania.

Por sua vez, Honduras alegou que, apesar de ter sido definido que os países da região agiriam sob um método de cooperação eficaz e comunidade de interesses, a abolição das fronteiras nunca foi objeto de discussão, mas, ao contrário, os três Estados possuem direito igual a uma parte das águas do Golfo de Fonseca.

Nesse quesito, a Corte entendeu ser cabível a participação da Nicarágua como interveniente, uma vez que uma decisão favorável tanto para El Salvador quanto para Honduras na questão do regime das águas seria capaz de afetar seus interesses.

A terceira e última controvérsia envolvia uma disputa em seis regiões da fronteira terrestre entre El Salvador e Honduras, na qual se destaca a área da província de *San Miguel e Alcatraz* e *Alcaldia Mayor de Minas* de Tegucigalpa, historicamente dividida pelo Rio *Goascorán*.¹³

El Salvador declarou que esse critério de divisão de fronteiras foi estabelecido no século XIX e que, ao longo das décadas, o Rio *Goasco-*

¹³ Obviamente, a Nicarágua não foi admitida pela Corte como interveniente nessa questão por não haver qualquer interesse por parte desse Estado na disputa das fronteiras terrestres.

rán havia mudado o seu curso, fazendo que El Salvador tivesse prejudicada a soberania plena de parte de seu território original.

Em resposta, Honduras alegou que a região de *Alcaldia Mayor* sempre fez parte de seu território e que em momento algum o Rio *Goascorán* mudou o seu curso original, tendo, inclusive, anexado levantamentos topográficos do século XVIII e XIX que comprovavam sua alegação.

Desse modo, em sentença proferida em 11 de setembro de 1992, a Corte entendeu que a análise da disputa de jurisdição no Golfo de Fonseca deveria abarcar as ilhas de *El Tigre*, *Meanguera* e *Meanguerita*.¹⁴

Primeiramente, a Corte percebeu que a demanda de El Salvador pela ilha de *El Tigre* era algo recente e puramente estratégico, concedendo, assim, o domínio dessa ilha à República de Honduras.¹⁵

Por sua vez, a CIJ reconheceu que, ainda que as ilhas de *Meanguera* e *Meanguerita* fossem territórios originariamente hondurenhos, a administração e autoridade estatal das ilhas passou a ser exercida por El Salvador a partir do final do século XIX, sem qualquer objeção de Honduras por quase cem anos.

Desse modo, ancorando-se no princípio do *uti possidetis juris*, a Corte determinou que as ilhas de *Meanguera* e *Meanguerita* fariam parte do território de El Salvador.

Já em relação aos espaços marítimos do Golfo de Fonseca, a Corte entendeu que os documentos históricos suscitados demonstraram que se tratava de uma região de condomínio entre os três Estados e, portanto, caberia aos mesmos a regulamentação da região. Em outras palavras, caberia aos três Estados aceitarem a existência de um condomínio das águas do Golfo ou delimitar entre si as áreas de cada Estado.

Por fim, a Corte entendeu realmente não ter havido mudança no

¹⁴ CORTE INTERNACIONAL DE JUSTIÇA. *El Salvador versus Honduras* (Interveniente: Nicarágua). Disponível em: <<http://www.icj-cij.org/docket/files/75/6671.pdf>>. Acesso em: 9 nov. 2016 às 19h05.

¹⁵ O termo “recente” foi utilizado em virtude da demanda de El Salvador sobre a ilha *El Tigre* ter sido feita apenas em 1985, ou seja, cerca de sete anos antes da sentença ser proferida.

curso do Rio *Goascorán*, portanto, El Salvador transferiu parte de seu território para Honduras.¹⁶

Essa transferência parcial de parte do território continental e das ilhas de *El Tigre*, *Meanguera* e *Meanguerita*, afetou não apenas a soberania sobre as regiões, mas também os cidadãos das regiões envolvidas, em especial, quanto à nacionalidade e situação jurídica do estrangeiro.

3.1. A Repercussão na Nacionalidade

Primeiramente, é interessante trazer à lume o fato de que em muitos casos de sucessão de Estados a nacionalidade originária pode ser afetada a tal ponto de causar um fenômeno conhecido como apatridia, ou seja, quando um indivíduo não possui vínculo de nacionalidade com qualquer Estado.

Dada a seriedade do problema, a Comunidade Internacional se atentou para a importância de: *i*) reconhecer o direito à nacionalidade como um direito humano; *ii*) reduzir os casos de apatridia no mundo.

Sobre o primeiro ponto, no que tange à nacionalidade, o instrumento global mais importante é a Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948, que reconhece a nacionalidade como um direito humano, de acordo com seu Artigo 15.

¹⁶ De acordo com a Organização Internacional para as Migrações (IOM, sigla em inglês) dos cerca de 450 quilômetros quadrados em disputa, aproximadamente 300 deles foram concedidos à República de Honduras (ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL PARA AS MIGRAÇÕES. *IOM Completes Population, Housing Census on Honduras, El Salvador Border*. Disponível em: <<http://developmentfund.iom.int/news/iom-completes-population-housing-census-honduras-el-salvador-border>>. Acesso em: 10 mai. 2018 às 18h56). Ademais, faz-se importante ressaltar que, em 10 de setembro de 2002, El Salvador apresentou um pedido à Corte de revisão da decisão proferida em 1992, alegando fatos novos, nos termos do Artigo 61 do Estatuto da CIJ. Contudo, a Corte inadmitiu o pedido por entender não haver a juntada de documentos que comprovassem fatos novos, ao contrário, os fatos alegados por El Salvador já tinham sido suscitados (CORTE INTERNACIONAL DE JUSTIÇA. *Application for Revision of the Judgment of September 11, 1992 in the Case Concerning the Land, Island, and Maritime Dispute El Salvador/Honduras: Nicaragua Intervening – Judgment of 18 December 2003*. Disponível em: <<http://www.icj-cij.org/docket/files/127/8222.pdf>>. Acesso em: 9 nov. 2016 às 18h59).

No contexto regional, não se pode olvidar que os Estados-Membros da Organização dos Estados Americanos (OEA), dos quais são incluídos Honduras e El Salvador, também reconhecem expressamente o direito à nacionalidade como essencial para a própria existência humana. Assim, destaca-se a Declaração Americana dos Direitos e Deveres do Homem, de 30 de abril de 1948, que consagrou no Artigo 19 que “toda pessoa tem direito à nacionalidade que legalmente lhe corresponda, podendo mudá-la, se assim o desejar, pela de qualquer outro país que estiver disposto a concedê-la”.¹⁷

De igual forma, a Convenção Americana sobre Direitos Humanos, de 22 de novembro de 1969, reafirmou entre os Estados-Membros da OEA a ideia de que todas as pessoas têm direito a uma nacionalidade (vide Artigo 20 do referido documento).¹⁸

Sobre a importância da nacionalidade, Carmen Tiburcio ressalta que:

A nacionalidade é matéria das mais relevantes, tanto para o Estado como para o indivíduo. Para o primeiro, a nacionalidade implica a caracterização de seu elemento subjetivo. O Estado é formado por território, auto-governo e povo (em verdade, o conjunto de nacionais), elementos sem os quais não há Estado. Por outro lado, a nacionalidade é relevante para o indivíduo, principalmente devido ao instituto da proteção diplomática e por diversas outras garantias que dela decorrem, tal como o direito de entrar e residir no país da sua nacionalidade (TIBURCIO, 2014, p. 137).

Ainda sobre isso, importa ressaltar que no âmbito das Nações Unidas, a Comissão de Direito Internacional elaborou, em 1999, um

¹⁷ ORGANIZAÇÃO DOS ESTADOS AMERICANOS. Declaração Americana dos Direitos e Deveres do Homem. Disponível em: <https://www.cidh.oas.org/basicos/portugues/b.Declaracao_Americana.htm>. Acesso em: 1º. fev. 2018 às 21h49.

¹⁸ ORGANIZAÇÃO DOS ESTADOS AMERICANOS. Convenção Americana sobre Direitos Humanos (Pacto de San José da Costa Rica). Disponível em: <https://www.cidh.oas.org/basicos/portugues/c.convencao_americana.htm>. Acesso em: 1º. fev. 2018 às 21h53.

manual que, embora não esteja em vigor, visa assegurar direitos à nacionalidade das pessoas em caso de sucessão de Estados, a fim de não deixar o indivíduo vulnerável.¹⁹

Já no que diz respeito à redução da apatridia no mundo, os instrumentos mais importantes são: *i)* Convenção Sobre o Estatuto dos Apátridas, de 28 de setembro de 1954; e *ii)* Convenção para Redução dos Casos de Apatridia, de 30 de agosto de 1961.

Ora, não se pode negar que ao se falar em sucessão de Estados, a depender da tipologia apresentada, corre-se o risco de tornar alguns indivíduos vulneráveis, a ponto de torná-los apátridas, como ocorreu com milhares de pessoas no início dos anos de 1990 com o fim da antiga Iugoslávia.

Em todo caso, cumpre salientar que em relação ao caso de El Salvador e Honduras o desdobramento foi diferente, mas nem por isso apresentou condição mais favorável.

Por se tratar de uma hipótese de *sucessão relativa a uma parte do território*, na prática, ocorreu o seguinte: com a transferência dos territórios (tanto no continente quanto das ilhas), um grande número de salvadorenhos passou a residir em Honduras e um pequeno número de hondurenhos tornou-se residente no território que passou a ser considerado de El Salvador. Portanto, importa salientar que a princípio não houve o surgimento de apátridas na região, apenas fez que essas pessoas se tornassem estrangeiros em território que anteriormente pertencia ao Estado no qual possuem o vínculo de nacionalidade.

Nesse sentido, o Direito Internacional convencionou a regra que, nos casos de *sucessão relativa a uma parte do território*, se concederia aos indivíduos dessa região o direito de optarem por suas nacionalidades (REZEK, 2011, p. 338).

Seguindo essa premissa, El Salvador e Honduras assinaram, em 1998, um Acordo sobre Nacionalidade e Direitos Adquiridos nas Áreas

¹⁹ ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. *Draft Articles on Nationality of Natural Persons in relation to the Succession of States with commentaries*. Disponível em: <<http://www.unhcr.org/5465e1ca9.pdf>>. Acesso em: 10 nov. 2016 às 11h56.

Demandadas, no qual se firmou o compromisso que os habitantes das regiões afetadas teriam o direito de optar por ambas as nacionalidades, ou seja, salvadorenha e hondurenha.

Por meio desse acordo, procurou-se proteger os menores de 18 anos de idade, cuja aquisição de nacionalidade de seus genitores poderia afetar a sua própria, consagrando-lhes também o direito de optarem, no prazo de dois anos contados a partir da maioridade, por ambas as nacionalidades, salvadorenha e hondurenha.

No entanto, alguns obstáculos foram surgindo ao longo do caminho. Por envolver regiões de difícil acesso, os habitantes dessas regiões tinham dificuldade em se cadastrar junto aos órgãos oficiais para fazer o requerimento, fazendo que permanecessem num limbo jurídico que se perdurou por vários anos.

Sobre isso, merece destaque o caso do vilarejo de *La Nahuaterique*, atualmente parte de Honduras, que até 2013 era lar de cerca de seis mil salvadorenhos em situação de verdadeiro abandono, alguns, inclusive, com a situação migratória irregular.²⁰

Desse modo, é possível perceber que os efeitos da sucessão de Estados podem ser dos mais amplos, atingindo desde os bens móveis do Estado até mesmo o direito à nacionalidade. E, por justamente afetar a pessoa humana, os Estados precisam dispensar a devida atenção quanto ao tratamento da questão.

Ora, se por um lado os Estados devem envidar esforços para reduzir os casos de apatridia na ocorrência de sucessão, no caso de El Salva-

²⁰ Esse número se baseia numa reportagem da BBC que atesta a existência de mais de mil salvadorenhos aguardando a cidadania hondurenha, entendendo-se, portanto, que estariam em situação irregular (LAWN, Rebecca. *La Nahuaterique: A village in limbo*. BBC, La Nahuaterique, 19 abr. 2013. Disponível em: <<http://www.bbc.com/news/magazine-22206085>>. Acesso em: 10 mai. 18 às 19h25). No entanto, esse número não é oficial, apesar da Organização Internacional para as Migrações ter reportado a existência de mais de seis mil pessoas vivendo na região, sem atestar, contudo, sua situação jurídica (ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL PARA AS MIGRAÇÕES. *IOM Completes Population, Housing Census on Honduras, El Salvador Border*. Disponível em: <<http://developmentfund.iom.int/news/iom-completes-population-housing-census-honduras-el-salvador-border>>. Acesso em: 10 mai. 2018 às 18h56).

dor e Honduras, os esforços devem ser no sentido de se fazer cumprir o Acordo sobre Nacionalidade e Direitos Adquiridos nas Áreas Demandadas de 1998.

Somente dessa forma, embora não seja a única, será possível encontrar uma solução duradoura para esse problema que perdura por longos anos e, finalmente, promover a regularização na condição dessas pessoas, por meio da concessão da nacionalidade ou garantindo o *status* migratório regular a fim de possibilitar as condições necessárias para se levar uma vida digna.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conforme visto, os efeitos da sucessão de Estados podem variar de acordo com a modalidade de sucessão que se apresenta. Felizmente, as Convenções de 1978 e 1983 formalizaram o tratamento acerca de algumas matérias, anteriormente regidas apenas pelo costume internacional. No entanto, alguns aspectos, como a nacionalidade dos indivíduos na sucessão de Estados, continuam a ser tratados de acordo com o costume internacional.

Em 1999, no âmbito das Nações Unidas, a Comissão de Direito Internacional elaborou um manual visando assegurar direitos à nacionalidade das pessoas em caso de sucessão de Estados, mostrando, assim, que existe uma preocupação internacional em não deixar o indivíduo vulnerável. No entanto, esse instrumento ainda não se encontra em vigor na ordem jurídica internacional, permanecendo sob forma de esboço.²¹

Ora, não há aqui qualquer pretensão em defender a obrigatoriedade dos Estados sucessores a concederem o direito de nacionalidade aos nacionais dos Estados predecessores de forma descontrolada.

Contudo, ao analisar o caso concreto de *sucessão de parte do território* trazido neste trabalho, percebe-se que deixar os critérios e

²¹ Refere-se ao Projeto de Artigos sobre nacionalidade das pessoas singulares em relação à sucessão de Estados, de 1999.

procedimentos acerca da nacionalidade sob responsabilidade única e exclusivamente dos Estados, se mostra, por vezes, ineficaz.

Parece que não há justificativa plausível para um acordo firmado em 1998 que permite aos indivíduos o direito à dupla nacionalidade não ter sido totalmente cumprido até 2013. Os efeitos disso foram desastrosos: os residentes dessas áreas transferidas simplesmente foram privados do livre exercício de seus direitos civis e políticos e, conforme dito, alguns chegando a permanecer em situação migratória irregular.

Portanto, da mesma forma que o costume internacional permitiu a elaboração de instrumentos jurídicos que versassem sobre bens, arquivos e dívidas públicas quando da sucessão de Estados, é imperioso que a comunidade internacional também esteja mais sensível às consequências para o elemento humano no processo de sucessão. Algo precisa ser feito, seja para obstar a apatridia, seja para evitar a formação de grupos de estrangeiros em situação irregular.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Francisco Ferreira de. **Direito Internacional Público**, 2. ed. Coimbra: Coimbra Editora, 2003.

BRITO, Wladimir. **Direito Internacional Público**, 2. ed. Coimbra: Coimbra Editora, 2014.

CORTE INTERNACIONAL DE JUSTIÇA. **El Salvador vs. Honduras (Interveniente: Nicaragua)**. Disponível em: <<http://www.icj-cij.org/docket/files/75/6671.pdf>>. Acesso em: 9 nov. 2016 às 19h05.

CORTE INTERNACIONAL DE JUSTIÇA. **Application for Revision of the Judgment of September 11, 1992 in the Case Concerning the Land, Island, and Maritime Dispute El Salvador/Honduras: Nicaragua Intervening – Judgment of 18 December 2003**. Disponível em: <<http://www.icj-cij.org/docket/files/127/8222.pdf>>. Acesso em: 9 nov. 2016 às 18h59.

_____. **El Salvador vs. Honduras (Interveniente: Nicaragua)**. Disponível em: <<http://www.icj-cij.org/docket/files/75/6671.pdf>>. Acesso em: 9 nov. 2016 às 19h05.

_____. **List of Cases**. Disponível em: <<http://www.icj-cij.org/docket/files/127/8222.pdf>>. Acesso em: 9 nov. 2016 às 18h59.

DUMBERRY, Patrick. **New State Responsibility for International Wrongful Acts by an Insurrectional Movement**. The European Journal of International Law. Vol. 17, Nº. 3, p. 605-621, 2006. Disponível em: <<http://www.ejil.org/pdfs/17/3/205.pdf>>. Acesso em: 4 mar. 2016 às 15h32.

FINKELSTEIN, Cláudio. **Direito Internacional – Série Leituras Jurídicas: Provas e Concursos**. São Paulo: Editora Atlas, 2007.

HOBBS, Thomas. **Leviatã**. São Paulo: Editora Martin Claret, 2006.

LAUTERPACHT, Hersch. **International Law**, 1975. In: SHAW, Malcolm N. **International Law**, 6. ed. Nova York: Cambridge University Press, 2008.

LAWN, Rebecca. **La Nahuaterique: A village in limbo**. BBC, La Nahuaterique, 19 abr. 2013. Disponível em: <<http://www.bbc.com/news/magazine-22206085>>. Acesso em: 10 mai. 18 às 19h25.

MACHADO, Jónatas E. M. **Direito Internacional: do Paradigma Clássico ao Pós-11 de Setembro**, 4. ed. Coimbra: Coimbra Editora, 2013.

MAZZUOLI, Valério de Oliveira. **Curso de Direito Internacional Público**, 5. ed. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2011.

MOREIRA, Luiz Carlos Lopes; LECH, Marcelo Mendes. **Manual de Direito Internacional Público**. Canoas: Editora ULBRA, 2004.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Convenção de Viena de 1978**. Disponível em: <http://legal.un.org/ilc/texts/instruments/english/conventions/3_2_1978.pdf>. Acesso em: 10 mai. 2018 às 15h18.

_____. **Convenção de Viena de 1983**. Disponível em: <http://legal.un.org/ilc/texts/instruments/english/conventions/3_3_1983.pdf>. Acesso em: 10 mai. 2018 às 15h19.

_____. **Draft Articles on Nationality of Natural Persons in relation to the Succession of States with commentaries**. Disponível em: <<http://www.unhcr.org/5465e1ca9.pdf>>. Acesso em: 10 nov. 2016 às 11h56.

_____. **Projeto de Responsabilidade Internacional dos Estados por Atos Ilícitos**. Disponível em: <<http://legal.un.org/ilc/texts/instruments/english/>>

draft_articles/9_6_2001.pdf>. Acesso em: 10 mai. 2018 às 15h50.

_____. **Tratado General de Paz entre las Republicas de El Salvador y de Honduras**. Disponível em: <<https://treaties.un.org/doc/Publication/UNTS/Volume%201310/volume-1310-I-21856-Other.pdf>>. Acesso em: 7 nov. 2016 às 18h01.

ORGANIZAÇÃO DOS ESTADOS AMERICANOS. **Convenção Americana sobre Direitos Humanos (Pacto de San José da Costa Rica)**. Disponível em: <https://www.cidh.oas.org/basicos/portugues/c.convencao_americana.htm>. Acesso em: 1º. fev. 2018 às 21h53.

_____. **Declaração Americana dos Direitos e Deveres do Homem**. Disponível em: <https://www.cidh.oas.org/basicos/portugues/b.Declaracao_Americana.htm>. Acesso em: 1º. fev. 2018 às 21h49.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL PARA AS MIGRAÇÕES. **IOM Completes Population, Housing Census on Honduras, El Salvador Border**. Disponível em: <<http://developmentfund.iom.int/news/iom-completes-population-housing-census-honduras-el-salvador-border>>. Acesso em: 10 mai. 2018 às 18h56.

REZEK, Francisco. **Direito Internacional Público: Curso Elementar**, 13. ed. São Paulo: Editora Saraiva, 2011.

SHAW, Malcolm N. **International Law**, 6. ed. Nova York: Cambridge University Press, 2008.

VITZTHUM, Wolfgang Graf. Raum, Umwelt und Wirtshaf im Völkerrecht, 1997. In: MACHADO, Jónatas E. M. **Direito Internacional: do Paradigma Clássico ao Pós-11 de Setembro**, 4. ed. Coimbra: Coimbra Editora, 2013.

SOBRE O AUTOR

Andre Ricci de Amorim

Mestre em Ciências Jurídico-Políticas com menção em Direito Internacional Público e Europeu pela Universidade de Coimbra, Portugal, com diploma revalidado pela Universidade Federal do Ceará (UFC). Bacharel em Direito pela Universidade Federal do Rio de Janeiro. Professor Substituto de Direito na Universidade Federal Fluminense (UFF), vinculado ao Departamento de Administração de Macaé. Advogado.

CV: <http://lattes.cnpq.br/0876276465920510>

E-mail: andrer Ricci_8@hotmail.com

Submetido em: 31-1-2017

Aceito em: 12-3-2018